

**ARTIGO DE OPINIÃO:
MÚLTIPLAS APLICABILIDADES
NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

Ana Paula Ramalho dos Santos (UEMS)

anapaularamalho@yahoo.com.br

Anny Michelly Brito (UEMS)

annymichelly18@hotmail.com

Berenice Alves da Silva Altafini (UEMS)

bere_alves@hotmail.com

RESUMO

Considerando que um dos objetivos do ensino-aprendizagem de língua portuguesa de acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais* é que o aluno amplie o domínio discursivo e faça uso deste nas mais diversas situações comunicativas, principalmente nas de uso público de linguagem, observa-se, assim, que isso só é possível por meio do ensino-aprendizagem dos gêneros textuais, por meio da leitura, escrita e reescrita destes. Desse modo, este trabalho apresentará uma sequência didática tomando como objeto de ensino-aprendizagem de leitura e escrita o gênero textual artigo de opinião. O objetivo deste é fazer com que o aluno amplie seu domínio discursivo por meio da leitura, escrita e reescrita desse gênero textual. Além disso, a produção escrita de artigo de opinião se justifica, uma vez que, esse gênero exige de seu locutor determinado posicionando para defender uma tese, contribuindo, assim, para o exercício da cidadania. Para a elaboração da sequência didática proposta foram consideradas as contribuições teóricas de Mikhail Bakhtin no que tange aos gêneros discursivos e as contribuições de Joaquim Dolz, Michèle Noverraz e Bernard Schneuwly, no tocante aos modelos de sequências didáticas propostos por eles.

Palavras-chave: Sequência didática. Gêneros textuais. Artigo de opinião.

1. Introdução

O ensino de língua materna vem passando por mudanças, mudanças estas que estão evidenciadas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa*, datado de 1998. Esse documento apresenta avanços significativos para as práticas de ensino de língua portuguesa. A leitura e a produção de texto deixam de ser vistos apenas como práticas com fins escolares e passam a ser um meio de levar o aluno a se apropriar de gêneros textuais aos quais eles poderão utilizar dentro e fora da escola.

A gramática deixa de ser a protagonista das aulas de língua portuguesa, dessa forma, o ensino de língua materna passa a ir “muito além da

gramática” (ANTUNES, 2007) como se intitulado o livro da professora Irandé Antunes. Porém, essas reformulações não são novas, pois o professor João Wanderley Geraldi, na década de 80, já propunha mudanças no ensino da língua com o livro *O Texto na Sala de Aula*.

É evidente que o ensino da gramática não deve ser abandonado, no entanto, a língua se aprende a partir da interação verbal, para tanto é preciso que o aluno fale, leia e escreva. Sendo assim, ao considerar a linguagem nas suas funções de interação faz-se necessário adotar práticas efetivas de comunicação (ANTUNES, 2009). Dessa forma, cabe ao professor propor atividades que levem o aluno a conhecer diferentes gêneros textuais e que ele compreenda a função social destes e que seja capaz de empregá-los de forma efetiva em suas práticas sociais.

Seguindo esse prisma, este artigo tem como objetivo propor uma sequência didática destinada aos alunos do 8º ano do ensino fundamental. As atividades propostas buscam levar os alunos a se apropriarem do gênero artigo de opinião. Espera-se que ao desenvolver as atividades os alunos compreendam a relevância social do tema abordado, assim como a do gênero em questão e que, ao realizar a refação de seus textos, sejam capazes de autocorrigir suas produções textuais e reestruturá-las de acordo com o gênero estudado. As atividades de cada módulo serão detalhadas na sequência didática.

2. Do gênero textual a sequência didática: arcabouço teórico

Considerando as orientações presentes nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, documento norteador do ensino de língua portuguesa no ensino fundamental, as atividades desenvolvidas nas aulas de língua materna, verdadeiramente comprometidas com a formação do indivíduo, devem possibilitar ao estudante a aprendizagem da linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente.

Ainda de acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, “cabe, portanto, à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los” (PCN, 1998, p. 26), além de criar possibilidades para que o estudante desenvolva a capacidade “de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais — que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão” (PCN, 1998, p. 25).

Buscando a consonância entre o estabelecido pelo documento normeador e a prática desenvolvida em sala de aula, o professor fundamenta-se na teoria dos gêneros discursivos para o planejamento de suas aulas, tendo como objetivo o ensino da língua por meio de texto que circulam na sociedade, pois para Bakhtin (1997, p. 280) “os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos pelas mais diversas esferas da atividade humana”. Marcuschi (2007, p. 19) confirma a visão de Bakhtin ao afirmar que os gêneros “são entidades sociodiscursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação de comunicativa”.

De acordo com os estudos de Bazerman,

os gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modo de ser. São frames para ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos. Gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não familiar. (BAZERMAN, 2011, p. 23)

Ou seja, utilizamos os gêneros para agir/interagir na/com a sociedade.

Desta forma, compreendemos os gêneros textuais como

textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões socio-comunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas” (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Entretanto, por mais que os gêneros textuais sejam relativamente estáveis (BAKHTIN, 1992, p. 279), apresentem um padrão, diante das situações comunicativas em que são realizados, não podemos considerá-los como “modelos estanques, nem como estruturas rígidas, mas como formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, temos de ver os gêneros como entidades dinâmicas”, pois por serem dinâmicos, “plásticos” (MARCUSCHI, 2007, p. 19) e atenderem a finalidade da situação de interação, os gêneros textuais podem sofrer modificações e serem assimilados por outros gêneros.

Em relação ao domínio discursivo, Marcuschi (2008, p. 155) contribui ao expor, assim como Bakhtin, que o domínio discursivo constitui uma esfera da atividade humana e indica instâncias discursivas, ou seja, constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de

poder.

Assim cada gênero está inserido em uma esfera comunicativa, por exemplo, o gênero artigo de opinião integra a esfera comunicativa dos gêneros jornalísticos, pois os textos situam-se em domínios discursivos que produzem contextos e situações para as práticas sociodiscursivas características (MARCUSCHI, 2008, p. 193).

Cabe aqui diferenciarmos tipos textuais de gêneros textuais, já que nas escolas ainda se faz presente a confusão entre tipos e gêneros. Definimos os tipos textuais sob a óptica de Marcuschi (2008, p. 154).

Tipo textual designa uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempo verbais, relações lógicas, estilo). O tipo caracteriza-se muito mais como sequências linguísticas do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. O conjunto de categorias para designar tipos textuais é limitado e sem tendência a aumentar. (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

A principal característica dos tipos textuais “é o fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes” sendo que um conjunto de traços forma uma sequência e não um texto. Já os gêneros “são uma espécie de armadura comunicativa preenchida por sequências tipológicas que podem ser heterogêneas” (MARCUSCHI, 2007, p. 27).

Portanto, podemos afirmar que os tipos textuais e os gêneros textuais são dois acontecimentos distintos, entretanto interligados, pois o tipo textual só se realiza por meio de um gênero textual, também podendo o mesmo gênero possuir mais de uma sequência tipológica em sua estrutura.

Os autores Schneuwly & Dolz (2004, p. 50) propõem um agrupamento de gêneros com a finalidade de definir “as capacidades de linguagem globais em relação às tipologias existentes”, a proposta baseia-se nos domínios sociais de comunicação, os aspectos tipológicos e nas capacidades de linguagem dominantes. Assim, os diversos gêneros são alocados em cinco grupos, conforme os aspectos tipológicos.

Como o presente trabalho propõe uma sequência didática para a produção de artigo de opinião, nos concentraremos no agrupamento do argumentar, cujo domínio social de comunicação abrange discussão de problemas sociais controversos, além de trabalhar as capacidades linguísticas de sustentação, refutação e negociação de tomadas de posição

(SCHNEUWLY & DOLZ, 2004, p. 52).

Por artigo de opinião, as autoras Koche, Bolf & Marinello (2014, p. 33) consideram que

é um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. É publicado em jornais, revistas e na internet, e expõe a opinião de uma articulista, que pode ser uma autoridade no assunto abordado ou uma pessoa reconhecida na sociedade. Geralmente, discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores [...] na produção do artigo, o autor pode optar por uma linguagem cuidadosa ou comum; a escolha depende do público a que se destina o texto. Para a manutenção da coerência temática e da coesão, o produtor pode valer-se de operadores argumentativos e dêiticos. (KOCHE, BOLFF, MARINELLO, 2014, p. 33).

Ao considerarmos a estrutura textual e a situação comunicativa do gênero artigo de opinião, entendemos que ele atende as orientações dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* sobre a utilização de gêneros textuais nas aulas.

2.1. A sequência didática e o trabalho com os gêneros textuais

Para dar sustentação teórica a proposta de sequência didática que será apresentada neste artigo, utilizar-se-á o conceito e o modelo de sequência didática propostos por Dolz, Noverraz & Schnewuly (2004).

Para iniciar será tomado como ponto de partida o conceito de sequência didática, para Dolz, Noverraz & Schnewuly (2004, p. 82) sequência didática “é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito”. O trabalho pedagógico por meio de sequências didáticas é importante porque ao tomar um determinado gênero textual como objeto de ensino-aprendizagem o professor poderá propor atividades diversas a respeito deste. Desse modo, os gêneros são estudados com maior profundidade, podendo focar todos os elementos constituintes destes: tema, estilo e estrutura composicional (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Quanto aos objetivos de uma sequência didática, esta “tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (DOLZ, NOVERRAZ & SCHNEUWY, 2004, p. 83). Seguindo esse prisma, o trabalho por meio de sequência didática vai ao encontro das orientações dos *Parâmetros*

Curriculares Nacionais, conforme esse documento, “um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita” (PCN, 1998, p. 23).

No tocante aos gêneros textuais que devem ser priorizados como objetos de ensino-aprendizagem, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998, p. 24) salientam que

sem negar a importância dos textos que respondem a exigências das situações privadas de interlocução, em função dos compromissos de assegurar ao aluno o exercício pleno da cidadania, é preciso que as situações escolares de ensino de língua portuguesa priorizem os textos que caracterizam os usos públicos da linguagem (PCN, 1998, p. 24).

Este aspecto também é ressaltado por Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004, p. 83), para eles, “o trabalho escolar será realizado, evidentemente, sobre gêneros que o aluno não domina ou o faz de maneira insuficiente; sobre aqueles dificilmente acessíveis, espontaneamente, pela maioria dos alunos; e sobre gêneros públicos e não privados”.

O modelo de sequência didática proposto por Dolz, Noverraz & Schneuwly (2004) apresenta a seguinte estrutura: apresentação da situação, produção inicial, módulo 1, módulo 2, módulo n e produção final.

A apresentação da situação deve conter a atividade, oral ou escrita, que o aluno irá desenvolver, esta deve ser descrita de modo detalhado, pois “visa expor aos alunos um projeto de comunicação que será realizado ‘verdadeiramente’ na produção final” (DOLZ, NOVERRAZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 84), além de orientar a próxima etapa da sequência que é a produção inicial.

Ainda no tangente a apresentação da situação, conforme Dolz, Noverraz & Schneuwly, (2004, p. 84), nesta duas dimensões principais podem ser distinguidas, a primeira trata-se de apresentar um problema de comunicação bem definido e a segunda, preparar os conteúdos dos textos que serão produzidos.

Assim, na primeira dimensão, deve ser definido de modo claro a modalidade da língua que será utilizada, oral ou escrita, o gênero textual que será abordado, os possíveis interlocutores, o suporte no qual o texto será divulgado e quem será o locutor do texto que será produzido — será individual, em grupo ou todos os alunos da classe.

Na segunda dimensão, o aluno deve perceber qual é o conteúdo

que será abordado por ele em seu texto e qual recorte será feito neste para atingir o objetivo comunicativo pretendido.

Quanto à primeira produção, os alunos elaborarão um primeiro texto, oral ou escrito, com base neste o professor terá condição de “circunscrever as capacidades de que os alunos já dispõem e, conseqüentemente, suas potencialidades” (DOLZ, NOVERRAZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 86). Seguindo esse prisma, a produção inicial servirá de suporte para o professor analisar os conhecimentos que os alunos possuem e norteará o trabalho do professor no que diz respeito às atividades que serão desenvolvidas, pois estas devem contemplar as habilidades que os alunos ainda não dominam. Sob a óptica dos autores,

para o professor, essas primeiras produções — que não receberão, evidentemente, uma nota — constituem momentos privilegiados de observação, que permitem refinar a seqüência, modulá-la e adaptá-la de maneira mais precisa às capacidades reais dos alunos de uma dada turma, (DOLZ, NOVERRAZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 87)

Ou seja, a produção inicial atuará como eixo norteador das atividades que serão desenvolvidas nos módulos.

Sob esse prisma, “nos módulos, trata-se de trabalhar os problemas que apareceram na primeira produção e de dar aos alunos os instrumentos necessários para superá-los” (DOLZ, NOVERRAZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 87), sendo que, na seqüência as atividades devem partir do complexo para o simples, ou seja, da produção inicial para os módulos. Porém, no final, as atividades seguirão o caminho inverso, do simples para o complexo, isto é, dos módulos para a produção final.

Na produção final, será oportunizado aos alunos produzir o gênero estudado aplicando neste todo conhecimento genérico que ele aprendeu por meio das atividades desenvolvidas nos módulos. Segundo os autores, no tocante ao aluno, durante a produção final, esta

indica-lhe os objetivos a serem atingidos e dá-lhe, portanto, um controle sobre seu próprio processo de aprendizagem (O que aprendi? O que resta a fazer?); serve de instrumento para regular e controlar seu próprio comportamento de produtor de textos, durante a revisão e a reescrita; permite-lhe avaliar os progressos realizados no domínio trabalhado (DOLZ, NOVERRAZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 90).

Constata-se, assim, que o trabalho pedagógico por meio de seqüências didáticas leva o aluno a refletir sobre sua produção textual, tornando-o mais criterioso e embasado, para traçar o melhor caminho a ser percorrido para alcançar o objetivo comunicativo pretendido.

Quanto à avaliação, na produção final, o professor poderá atribuir uma nota, pois, diferentemente da produção inicial, na qual a avaliação é formativa, na produção final a avaliação é somativa. Ademais, o trabalho por meio da sequência didática serve de subsídio para o professor avaliar de uma forma mais consistente, uma vez que, os elementos a serem avaliados serão aqueles que foram desenvolvidos no decorrer da aplicação da sequência. Segundo Dolz, Noverraz & Schneuwly, (2004, p. 91).

essa forma de explicitação dos critérios de avaliação permite ao professor, pelo menos parcialmente, desfazer-se de julgamentos subjetivos e de comentários frequentemente alusivos, que não são compreendidos pelos alunos, para passar a referir-se a normas explícitas e a utilizar um vocabulário conhecido pelas duas partes. (DOLZ, NOVERRAZ & SCHNEUWLY, 2004, p. 91)

Desse modo, a avaliação é realizada de forma mais esclarecedora e coerente tanto para o professor quanto para o aluno.

A seguir será apresentada uma proposta de sequência didática contemplando o gênero textual artigo de opinião.

3. *Sequência didática*

Gênero textual: Artigo de opinião.

Público alvo: 9º ano.

Duração: 16 aulas.

Conteúdos:

- Gênero textual artigo de opinião.

Objetivo Geral:

- Sistematizar os conhecimentos a respeito do gênero textual artigo de opinião.

Objetivos específicos:

- Desenvolver habilidades de leitura e escrita do gênero textual artigo de opinião.
- Reconhecer a função social e a estrutura do gênero textual artigo de opinião.
- Reconhecer os elementos composicionais do gênero textual arti-

go de opinião: tese, argumentos, contra argumentos e proposta de intervenção.

- Identificar os argumentos que sustentam a tese defendida.
- Utilizar adequadamente os operadores argumentativos.
- Produzir um artigo de opinião.

3.1. Apresentação da situação

1ª AULA

Será apresentada para os alunos a proposta de produção de artigo de opinião, redigidos pelos alunos do 9º ano para compor o jornal semestral da escola.

Módulo 1 – Conhecendo o gênero artigo de opinião

2ª AULA

Nesta aula, o professor levará para a sala várias revistas: *Época*, *Isto é*, *Veja*. Cada aluno escolherá a revista que deseja ler, podendo trocar de revista caso deseje. Desta forma, os alunos terão contato com gêneros textuais pertencentes à esfera jornalística.

3ª AULA

Nesta aula serão levadas, novamente, para a sala de aula as revistas, porém o professor direcionará a leitura para que os alunos leiam artigos de opinião. Para isso, será indicado no sumário das revistas as seções que contém artigo de opinião e o aluno escolherá um artigo para ler. Depois de realizada a leitura, a professora solicitará aos alunos que anotem no caderno o nome e número da revista lida, bem como o nome do artigo lido e a página na qual este se encontra.

4ª AULA

Nesta aula, será solicitado aos alunos que releiam o artigo de opinião escolhido na aula anterior observando quem é o produtor deste, os interlocutores, o objetivo do autor, o suporte, o assunto abordado. Depois

de realizada a leitura, o professor fará questionamentos de modo que os alunos percebam o domínio discurso do artigo de opinião, o suporte, os possíveis interlocutores e a intenção do locutor. Ademais, também serão realizados questionamentos para que os alunos percebam que os artigos de opinião abordam sempre um assunto polêmico, sendo que nestes os autores devem se posicionar e defender seu ponto de vista por meio de argumentos.

Exemplos de questões:

1. Quem é o autor do texto?
2. Onde o texto foi publicado?
3. Quem é o público leitor?
4. Qual o objetivo do autor?
5. Qual o tema abordado no texto?
6. Qual a opinião do autor sobre o tema?
7. Que argumentos ele usa para justificar sua posição?
8. No texto, o autor apresenta argumentos de pessoas que discordam dele.
9. Que argumentos são esses?

5ª AULA

Serão trabalhados com os alunos dois artigos de opinião que abordam o mesmo tema, mas com posicionamentos diferentes. Sendo assim, o professor projetará o primeiro texto a ser analisado, fará a leitura deste com os alunos. Depois, solicitará aos alunos que identifiquem a problemática que motivou o autor a escrever o texto, qual é o posicionamento do locutor e seu objetivo, qual é a ideia defendida pelo locutor (tese), quais foram as estratégias utilizadas para defender essa ideia (argumentos), como esses argumentos estão organizados e qual é a proposta de intervenção para solucionar o problema. Na sequência, será realizada a leitura do outro texto e serão realizados os mesmos questionamentos.

Texto 1

SIM AO VOTO FACULTATIVO

PAULO PAIM

Senador (PT-RS)

A grande maioria dos países já entendeu que o voto facultativo é melhor que o voto obrigatório. Dos 236 países onde há eleições, em apenas 24 o voto é obrigatório. Recentemente o *DataSenado* realizou enquete para saber a opinião de internautas sobre a não obrigatoriedade do voto. Dos 2.542 que participaram da votação, 85% foram favoráveis.

Há muitos argumentos favoráveis. O primeiro deles é que o voto é um direito do cidadão, não um dever. Desse modo, o processo eleitoral se tornará mais qualificado. O ex-presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, disse ao deixar aquela Corte que é hora de avançarmos e pensarmos no voto facultativo, deixando de tratar os cidadãos brasileiros como tutelados.

Creio que o voto facultativo também mudará o comportamento da classe política, estimulando-a a ter um desempenho à altura, para que o eleitor se sinta motivado a votar. A busca de votos seria diferente, o esforço dos candidatos se daria no atacado e não no varejo, reduzindo-se a chance da compra de votos ou do voto de “cabresto”.

É uma ilusão e uma falácia acharmos que o voto obrigatório pode gerar cidadãos politicamente evoluídos. Não há outro caminho pelo qual isso possa ser buscado que não a educação formal de qualidade.

A questão da legitimidade que o voto obrigatório conferiria às eleições é outra falácia. Uma massa de eleitores desinformados, que vende seu voto porque é obrigado a votar, também diminui a legitimidade do sistema, e de uma forma muito mais nefasta. Isso sem contar com o fato de que não comparecer às urnas também é uma forma de se expressar.

A decisão de votar deve ser do eleitor! E tanto mais ele se engajará quanto mais acirrada for a disputa e quanto mais ele perceber que o resultado das eleições influenciará sua vida negativa ou positivamente. Se precisamos de uma reforma política urgente, este pode e deve ser um primeiro passo importantíssimo.

A democracia é regime que se aperfeiçoa a cada dia. Dar ao cidadão brasileiro a liberdade plena de escolha é fundamental. Deve ser dele, e somente dele, a decisão sobre o que fazer com o seu direito de escolha e de manifestação política. (PAIM, 2014)

Texto 2

**OBRIGATORIEDADE DO VOTO
DIVIDE COMUNIDADE ACADÊMICA**

Bruno Alfano - Do Portal



Neste domingo (03/10), 130 milhões de brasileiros têm o dever de votar. A lei do país obriga que todo o eleitor de mais de 18 anos e menos de 70 participe do pleito. Entretanto, o voto obrigatório está longe de ser unanimidade. Em pesquisa publicada pelo Datafolha, em maio deste ano, 48% declararam ser contra a obrigatoriedade, e outros 48%, a favor. O Portal PUC-Rio Digital constatou a polémica na comunidade PUC: de 65 eleitores ouvidos, 55% se mostraram contra o voto obrigatório, enquanto 45% disseram ser favoráveis.

Uma das questões mais discutidas no debate é o efeito pedagógico da obrigatoriedade. De acordo com o professor do Departamento de Comunicação Social e cientista político César Romero, a obrigação eleva a consciência política da população:

– Ainda temos uma democracia incipiente no Brasil. A eleição é uma forma de levar informação sobre a importância do processo eleitoral à população menos escolarizada – afirmou.



Mauro Pimentel Para o professor Romero, em uma eventual mudança da norma, o país correria o risco de ter eleições não legitimadas pela maioria da população. Segundo ele, o processo eleitoral poderia vir a ser dominado por grupos – como partidos políticos, igrejas ou sindicatos – que, por fanatismo dos seguidores, tenham um alto poder de mobilização a favor de um determinado candidato e, assim, manipular o resultado.

– Imagine se no Irã o voto for facultativo: os aiatolás arrastariam os radicais islâmicos às urnas, em detrimento do grande eleitorado que poderia não votar por alguma razão qualquer.

A professora Beatriz Bisso, do Departamento de História da PUC-Rio, concorda. Para ela, o voto obrigatório é uma necessidade no país, pois, segundo Bisso, fazer escolhas no pleito contribui para desenvolver a consciência do cidadão:

– Falta um maior engajamento da sociedade na vida política no Brasil de hoje. O voto é elemento chave no desenvolvimento da formação dos conceitos essenciais ao exercício da cidadania – disse a professora.

Na opinião do professor José Ribas Vieira, do Departamento de Direito, a obrigatoriedade é mais uma forma de proteção do voto.

– Pelas condições de uma sociedade desigual, em matérias de informação, inclusive, eu temo que o poder econômico e os meios de comunicação possam desmotivar a população a comparecer à votação caso o voto se torne facultativo – disse.

O professor Miguel Pereira do Departamento de Comunicação Social invoca outro pilar da democracia para defender o voto obrigatório: a participação de todos na escolha dos representantes.

– Vivemos em sociedade e todos somos responsáveis pelo que nela ocorre. Não votar significa não querer participar do espaço público e comum. É uma atitude individualista e sem olhar para o outro como igual. É quase como dizer: os outros que se lixem.

Apenas 30 países do mundo obrigam o voto

Ao redor do mundo, o tema não deixa de ser polêmico. Atualmente, 30 países optam pela obrigatoriedade. A América do Sul se notabiliza pela grande quantidade de adeptos do voto obrigatório, como, por exemplo, ocorre na Argentina, no Chile, no Equador e no Uruguai. Na Europa, apenas Bélgica, Luxemburgo e Grécia obrigam a participação nos pleitos. Em Portugal, o voto é facultativo, mas o país hoje discute torná-lo obrigatório em função dos baixos índices de participação. A abstenção nas últimas eleições portuguesas tem girado em torno de 60%. (ALFANO, 2010)

6ª AULA

Nesta aula, o professor selecionará um artigo de opinião para trabalhar com toda a classe, por meio deste serão propostos exercícios nos quais os alunos deverão identificar a ideia defendida pelo autor (tese), os argumentos e contra-argumentos utilizados para defender a tese e a proposta de intervenção. Além disso, serão propostos também exercícios nos quais os alunos deverão observar a organização dos argumentos no texto e os operadores argumentativos utilizados para organizá-los.

Texto 1

Disponível no link: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-voto-dever-ou-direito-imp-,615446>

The screenshot shows a web browser window displaying an article on the 'Opinião' website. The article title is 'O voto, dever ou direito?' by Gaudêncio Torquato. The page layout includes a navigation bar with 'ESTADÃO' and various categories like 'POLÍTICA', 'ECONOMIA', etc. The article content is partially visible, starting with the question 'O voto é um dever cívico ou um direito subjetivo?'. The browser's address bar shows the URL 'opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-voto-dever-ou-direito-imp-,615446'. The Windows taskbar at the bottom shows the date as 18/10/2014.

Exemplos de questões:

1. Qual o tema abordado no texto?
2. Qual a opinião do autor sobre o tema?
3. Que argumentos ele usa para justificar sua posição?
4. No texto, o autor apresenta argumentos de pessoas que discordam dele. Que argumentos são esses?

5. No trecho “a resposta é dada pela Constituição eu torna o voto compulsório”, há a exposição de um fato ou de uma opinião?

6. Observe o enunciado “Pelo visto, o voto, **apesar** de obrigatório, queima considerável parcela da votação, sendo razoável projetar para este ano algo como 33 milhões de votos que não entrariam na planilha de apuração. **Já** o voto facultativo, significando a liberdade de escolha, o direito de ir e vir, de participar ou não do processo eleitoral, abriga a decisão da consciência, calibrada pelo amadurecimento”. Indique a circunstância expressa pelos operadores argumentativos destacados.

Módulo 2 – Produção do artigo de opinião

7ª AULA

Nesta aula, serão levados para a sala de aula diversos gêneros textuais que abordam de modo distinto quatro assuntos. O professor explicará aos alunos que eles devem ler alguns textos e que, por meio da leitura destes, selecionem um tema para produzir, na aula seguinte, um artigo de opinião. Faltando alguns minutos para terminar a aula, o professor pedirá aos alunos que anotem o tema sobre o qual escreverá o artigo de opinião e solicitará que estes, em casa, pesquisem e leiam textos relacionados à temática selecionada.

8ª AULA

Será solicitado aos alunos que produzam um artigo de opinião com o tema escolhido na aula anterior. Cabe ressaltar aos alunos que o texto produzido será divulgado no jornal semestral da escola e terá com leitores a comunidade escolar. O professor deverá chamar a atenção dos alunos quanto à linguagem a ser utilizada, pois esta deve estar em consonância com a situação de comunicação.

9ª AULA

Para esta aula, o professor escolherá dois artigos de opinião produzidos pelos alunos para serem analisados, para isso escolherá o melhor artigo produzido e um artigo considerado fraco. A escolha aqui deve ser

feita considerando as particularidades do gênero textual artigo de opinião, assim, deve ser observado se o texto possui introdução, desenvolvimento e conclusão, se apresenta de modo claro a ideia a ser defendida, se os argumentos realmente contribuem para justificar e defender a tese; se apresenta proposta de intervenção; se os argumentos estão bem articulados por meio dos operadores argumentativos, pois serão esses aspectos a serem avaliados nas produções dos alunos. Primeiramente, será realizada a análise do texto considerado bom e por último a do texto considerado fraco. A intenção aqui é que o aluno perceba os pontos fracos de seu texto.

Produção final do artigo de opinião

10ª AULA

Nesta aula, cada aluno realizará a refação de seu texto, para isso o professor ressaltará os elementos analisados na aula anterior e solicitará aos alunos que observem se seu texto possui introdução, desenvolvimento e conclusão; se apresenta a tese e a defesa desta por meio de argumentos, bem como a proposta de intervenção e se os argumentos estão bem organizados e articulados por meio do uso de operadores argumentativos, pois são esses aspectos que devem ser melhorados por meio da refação.

11ª AULA

Nesta aula, a professor entregará para cada aluno um texto que foi produzido por outro aluno da classe. Cada aluno deverá ler o texto do colega e analisar se este possui tese, argumentos, proposta de intervenção, se os argumentos foram apresentados por ordem decrescente de importância e se estão bem articulados. Cada aluno deverá fazer apontamentos no texto do outro a respeito de quais aspectos precisam ser melhorados no texto produzido. Por fim, a professora recolherá os textos.

12ª AULA

Nesta aula, o professor entregará cada texto para seu autor, sendo que cada aluno deverá refazer seu texto com base nas observações realizadas pelo colega.

13ª AULA

Nesta aula, cada aluno deverá ler e analisar novamente o texto produzido por um colega de sala, porém agora serão analisados os aspectos gramaticais. Desse modo, o professor fornecerá códigos para os alunos e utilizando esses códigos os alunos irão indicar os aspectos gramaticais que precisam ser melhorados nos textos produzidos.

14ª AULA

Nesta aula, cada aluno irá realizar a refacção do seu texto melhorando os aspectos gramaticais com base nos apontamentos realizados pelo colega.

15ª AULA

Nesta aula, os alunos irão refazer seu texto com base nas observações realizadas pelo professor, sendo que os apontamentos a serem melhorados aqui são de ordem textual e gramatical.

16ª AULA

Por fim, os alunos irão à sala de tecnologia para digitar e postar seus artigos no blog da escola. Os artigos com maior número de comentários irão para o jornal semestral da escola.

4. Considerações finais

Acreditamos que o ensino-aprendizagem dos gêneros textuais por meio de sequência didática é válido, pois esta propicia o estudo organizado e sistemático de um determinado gênero. Desse modo, o gênero pode ser estudado de forma mais abrangente, contemplando todos os aspectos genéricos citados por Bakhtin: tema, estilo e organização composicional. Além disso, a utilização da sequência didática possibilita ao professor identificar as reais necessidades dos alunos, cabendo a ele propor atividades mais específicas e capazes de ampliar as habilidades discursivas do aluno. No tocante ao aluno, este pode perceber o que já domina a respeito de um determinado gênero textual e quais pontos precisam ser melhorados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFANO, B. Obrigatoriedade do voto divide comunidade acadêmica. *Portal PUC-Rio Digital*, 01-10-2010. Disponível em: <<http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Pais/Obrigatoriedade-do-voto-divide-comunidade-academica-7973.html#.VEMaCfnF-T8>>. Acesso em: 18-10-2014.
- ANTUNES, I. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009.
- _____. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAZEMAN, C. *Gênero, agência escrita*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL, SEF/MEC. *Parâmetros curriculares nacionais*. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental-língua portuguesa. Brasília: SEF/MEC, 1998.
- DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- KOCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2008.
- NASCIMENTO, E. L. (Org.) *Gêneros textuais: da didática das línguas aos objetos de ensino*. Campinas: Pontes, 2014.
- PAIM, Paulo. Sim ao voto facultativo. *Opinião ZH*, 28-07/2014. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2014/07/28/artigo-sim-ao-voto-facultativo>>. Acesso em: 18-10-2014.